

Moçambique Maningue Nice e... Maningue Nasty: Como Melhorar a Protecção Social Básica?

António A. da Silva Francisco (*)

IESE, Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Av. Patrice Lumumba, No 178, Maputo

www.iese.ac.mz

Mesa Redonda sobre Protecção Social Básica em Moçambique, organizada pela
Friedrich Ebert Stiftung (FES), Maputo, 28 de Novembro de 2012

(*) Director de Investigação do IESE e Professor Associado da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia,

Debates e Propostas do IESE em 2012

A pesquisa do IESE na protecção social começou por ser mais académica e investigativa, mas no presente tem avançado para propostas técnicas concretas com implicações directas em políticas públicas.

Por uma Pensão para Idosos (Alternativa) em Moçambique: Proactiva, Valorizadora, Inclusiva e Dignificante

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE
"Moçambique: Acumulação e Transformação num Contexto de Crise Internacional"

António Francisco^(*) & Gustavo Sugahara^(§)
Maputo, 4-5 de Setembro 2012

(*) Coordenador do Grupo de Investigação (GI) "Pobres e Protecção Social" (PPS) do IESE. antonio.francisco@iese.ac.mz V1.07.09.2012 - 1
(§) Colaborador Associado do IESE e Membro Associado do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) DNÁRIA/CET-UL, Lisboa. gustavo.sugahara@iscte.iul.pt



Idosos em Moçambique: Romper a Conspiração do Silêncio

DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2012

Moçambique é Maningue Nice... ou Maningue Nasty?

António Francisco^(*)
Nampula, 2 de Novembro de 2012



AFRICA AGEING Beyond Madrid +10
1st Africa Region Conference of Gerontology and Geriatrics

Which Pension System for the Elderly in Mozambique?

António Francisco^(*) & Gustavo Sugahara^(*)
17-20 October 2012, Cape Town

IESE

(*) Authors' brief bio and contact on the last page



What can the Social Protection Floor Initiative mean for Mozambique: A Trap, a Pyrrhic Victory, or a New Opportunity?

António A. da Silva Francisco^(*)
IESE, Instituto de Estudos Sociais e Económicos
Av. Patrice Lumumba, No 178, Maputo
www.iese.ac.mz

Supporting Documentation used at the High-Level Conference on "Social Security Systems in Development Countries", Friedrich Ebert Stiftung (FES), Brussels, November 13th 2012

(*) Author' brief bio, contact and acknowledgements on the last page



2a Sessão: Desafios Futuros – Políticas futuras para melhorar a Protecção Social Básica em Moçambique



Três questões específicas na 2a Sessão:

- Como melhorar a protecção social básica?
- Que modelo de protecção social se adapta melhor à sociedade Moçambicana?
- Como assegurar a cooperação entre os actores envolvidos?

“O que se vê e o que não se vê”^(*)

“A amplitude do que pensamos e fazemos está limitada por aquilo que nos escapa. E, porque não nos damos conta do que nos escapa pouco nos resta fazer para mudar; até nos apercebermos de como o facto de não nos darmos conta condiciona os nossos pensamentos e os nossos actos”

[Daniel Goleman Psychologist & business consultant](#)

(*) Título do ensaio de 1850 de Frédéric Bastiat, economista liberal clássico Francês.

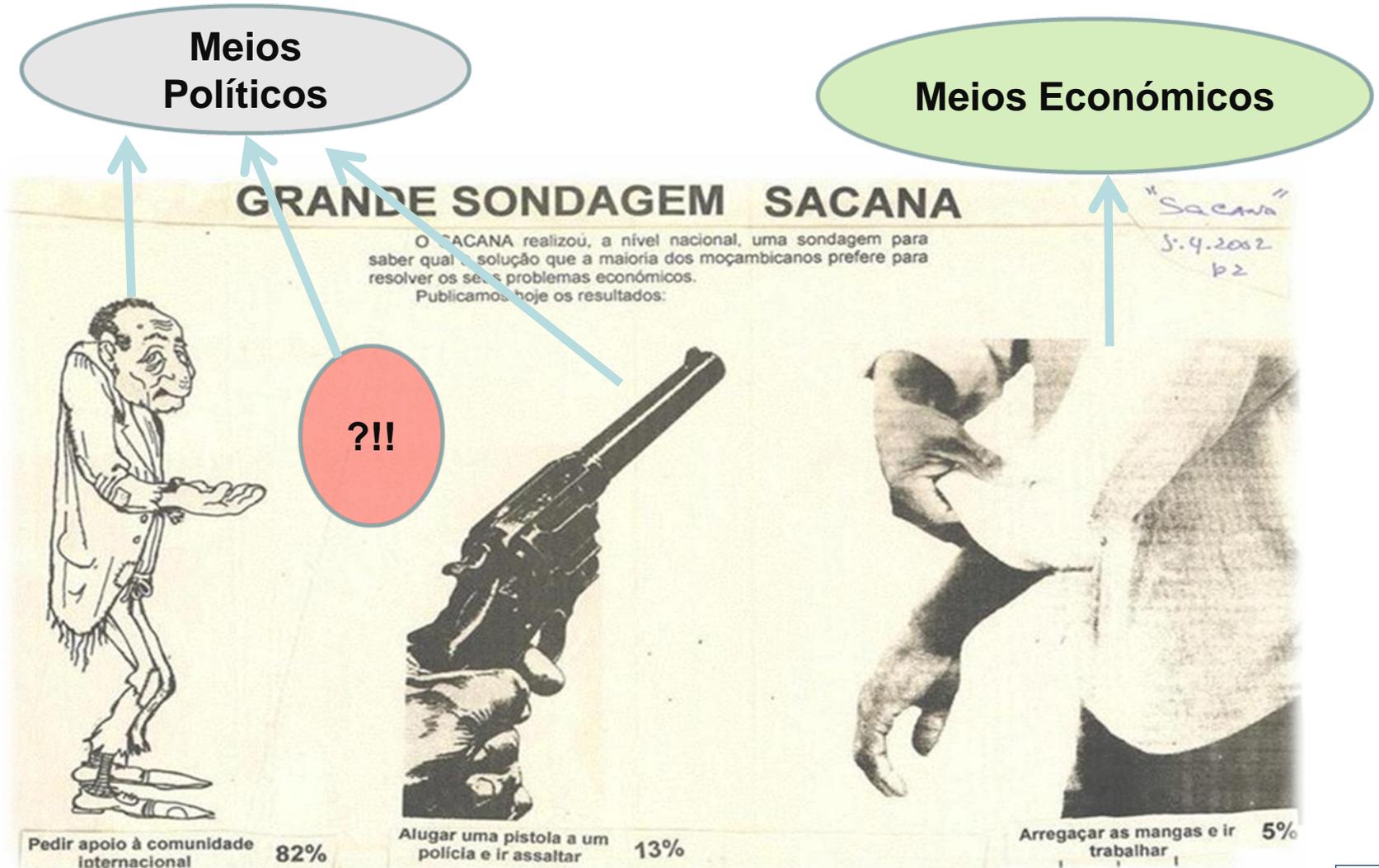
Moçambique é *Maningue Nice* ou... *Maningue Nasty*?

O Moçambique *Maningue Nice* – Moçambique é um dos países da África Austral mais dotados de recursos naturais, com uma localização geográfica privilegiada e, pelo menos nas últimas duas décadas, taxas de crescimento económico elevadas e relativa estabilidade social e política. Esta imagem positiva e promissora contrasta com uma outra imagem, igualmente verdadeira, mas muito diferente.

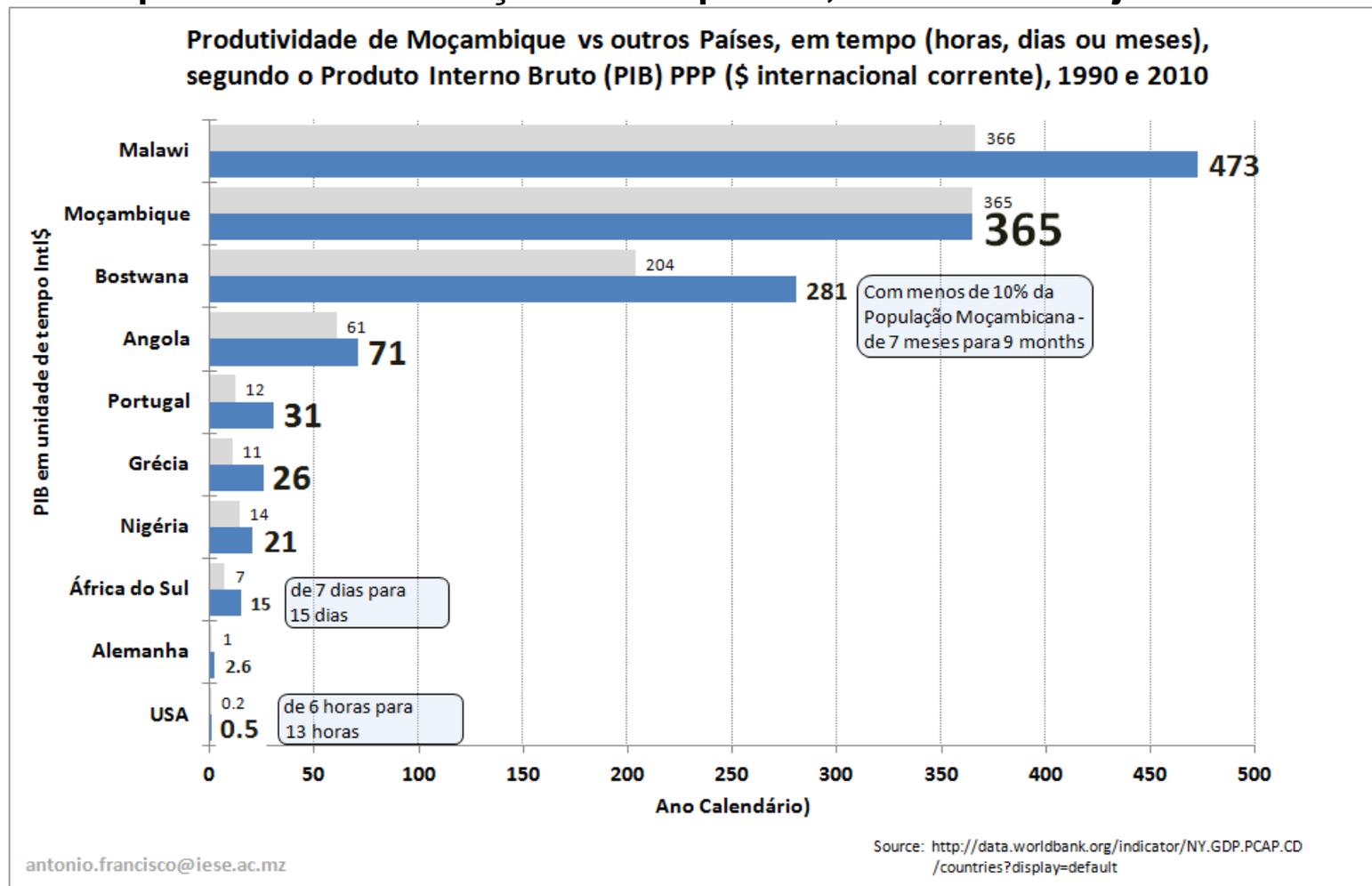
O Moçambique *Maningue Nasty* – “Nasty”, traduzido para Português significa “desagradável”. Um país com a maioria da sua população vivendo na pobreza; na verdade, vivendo miseravelmente, dependente de uma economia de subsistência precária e incapaz de se livrar sozinha da estagnação económica e social em que está mergulhada. Uma estagnação profunda, em múltiplos domínios institucionais, abrangendo a maioria da população. Um dos exemplos mais reveladores da qualidade de uma sociedade pode ser observado na forma como a sociedade e instituições lidam com os idosos.

O Moçambique do idoso é *Maningue Nice... ou Nasty?* Depende!!!

Formas de Aquisição de Riqueza e Protecção Social: **PEDIR**, **ROUBAR/ EXTORQUEUR** e **TRABALHAR**



O SUCESSO DE MOÇAMBIQUE: É sempre possível distribuir melhor os recursos disponíveis, mas é muito difícil, se não impossível, distribuir o que não se tem. Não é totalmente impossível, porque há quem consiga distribuir o que é produzido por outros. É o que se passa com o Estado Moçambicano, ao distribuir mais do que a sociedade moçambicana produz, recorrendo à ajuda internacional.

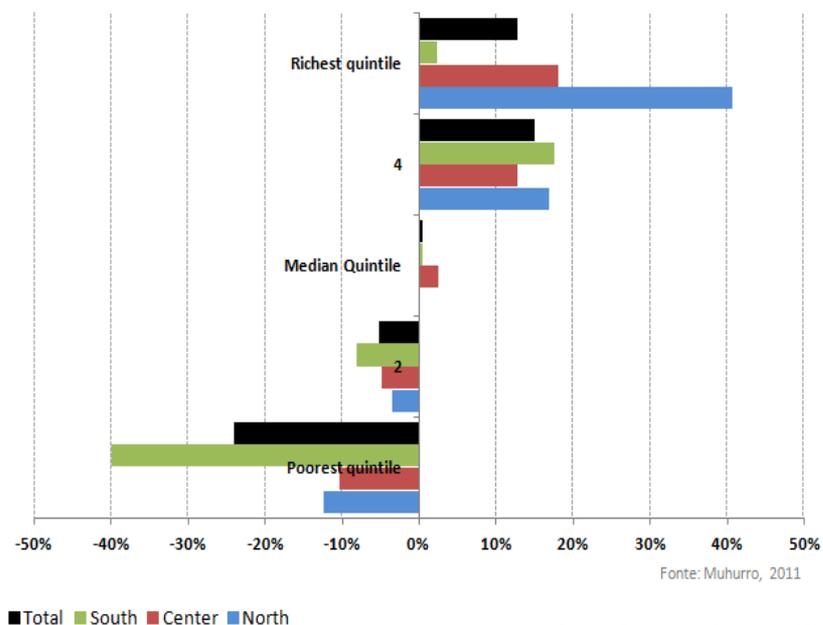


A Distribuição da Riqueza é desigual, mas a **ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA** continua o maior problema de Moçambique

O principal desafio de Moçambique é a **ESTAGNAÇÃO** (verdadeiro “**ICEBERG**”) ficar à margem da ACUMULAÇÃO (a PONTA DO ICEBERG).

Na 1ª década do século XXI a economia rural gerou uma renda mediana de **4 Meticais** (média **10 Meticais**) por pessoa/dia; isto é, 13 cêntimos do US dólar por pessoa/dia. ([Francisco & Muhoro, 2011](#)).

Graph 2: Change in Rural Income by Quintiles, Mozambique 2002-2008



QUESTÃO 1: Como Melhorar a Protecção Social?

2 PERSPECTIVAS

Assistencialista

Protecção social – definida como políticas públicas para ajudar os indivíduos, as famílias e comunidades na melhor gestão de riscos e que apoiam os criticamente vulneráveis – é crucial para o crescimento económico sustentável e equitativo (Holzmann, 2009, p. 1)

Estruturante

Conjunto de mecanismos, iniciativas e programas (sistemas) visando garantir uma segurança humana digna, libertando as pessoas de dois medos cruciais no ciclo da vida: 1) Medo da agressão e insegurança pessoal; e 2) Medo da carência (alimentar e profissional)” (Francisco, 2010, p. 37)

A apresentação de Terezinha Silva, “Violência contra a pessoa idosa...” na III Conferência do IESE (2012) ilustra uma das dimensões da abordagem estruturante da PS, sobre a insegurança pessoal. O mesmo acontece com o tráfico de pessoas e órgãos humanos; linchamentos, assaltos e violações físicas e psicológicas frequentes na nossa sociedade.

PS1 - Livrar da Agressão e Insegurança e PS2 – Livrar da Carência e Precariedade



[Ver video](#)

[Violência da polícia pública - YouTube](#)

<http://oficinasociologia.blogspot.com/search?q=linchamentos>

Como Melhorar a Protecção Social Básica?

Optando por abordagens que respeitem os princípios declarados e sigam critérios de qualidade e excelência.

➤ Superando a mentalidade “neo-moçambicana”

“Hoje um neo-moçambicano
Não passa de um ignaro subterfúgio
Da nossa moçambicana incivilidade

Hesitação
Entre ser pior ou péssimo
Da nossa extemporânea
Filosofia de quem sabe pouco”.

(...) (José Craveirinha)



Uma pensão insultuosa !

- (ii) A aprovação do aumento do valor do Subsídio Social Básico... de **130 MTs (\$4) para 239 MTs (\$8)**;
- (iii) A expansão da assistência social passou a beneficiar 267.756 pessoas em 2011, representando uma realização de 105%

(MASC, in Savana, 23.11.12, supl., p. 5)

➤ “O óptimo é inimigo do bom”? (Mausse & Cunha, 2011, p. 331), ou

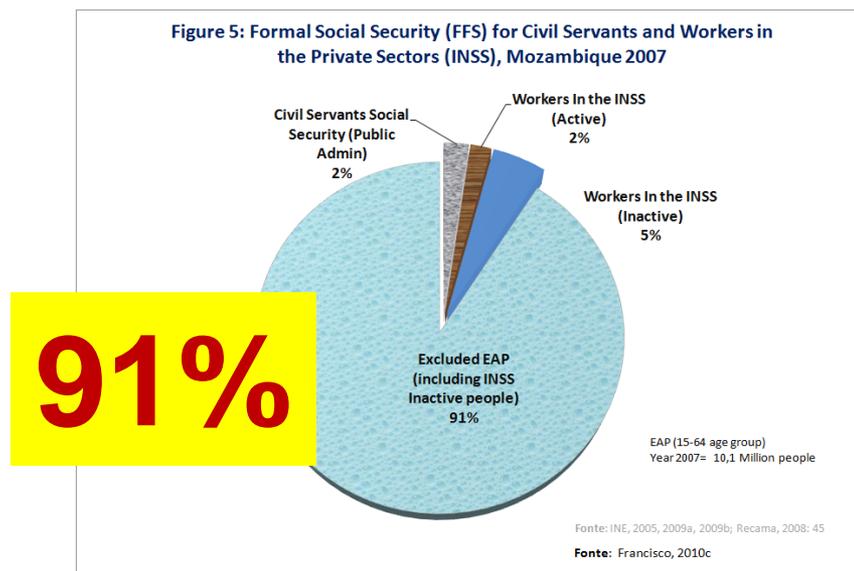
“O medíocre e o bom são inimigos do óptimo”? (Collins, 2007)

➤ Minúscule vs Mínimo; Discriminatório vs Universal

A Iniciativa PPS será uma **ARMADILHA** se mantiver a confusão entre **MINÚSCULO** e **MÍNIMO**

- Moçambique é frequentemente descrito pelo Governo e seus parceiros como tendo **um quadro legal abrangente com uma gama diversificada de soluções** para a extensão da cobertura de segurança social e uma proteção social adequada.
- Na prática, porém, os programas considerados inovadores e em direção a um PPS nacional (Mausse & Cunha 2011), **violam explícita e desavergonhadamente os princípios** da Lei de PS (4/2007):

universalidade
equidade
inclusão
eficiência
solidariedade
participação
progressividade
prestação de contas



Exclusão e Criminalização da Mendicidade?

Democracia

Orçamento Geral do Estado com défice de 35%

O Orçamento Geral do Estado para o ano 2013 apresenta um défice de 80.982.970,05 milhões de meticals, correspondentes a 35% do total das despesas. Este "buraco" poderá ser coberto com recurso a doações e a empréstimos. Entretanto, das receitas a serem arrecadadas, apenas 3,76% provirão dos projectos de extração mineira e petrolífera.



Ismael Felisberto

Municípios e províncias

Nas 43 autarquias existentes no país, o Estado irá investir 833.183,27 meticals, sendo que o menor valor, 3.180,39 meticals, será alocado ao município da vila de Moçim, e o maior, 122.739,91, à cidade de Maputo.

Beira, Nampula e Quilimane terão, respectivamente, 74.433,72, 36.699,89 e 33.314,72 meticals.

Em relação às províncias, Nampula, a mais populosa do país, irá receber 3.796.368,08 meticals, seguida de Cabo Delgado, com 3.163.968,36 meticals, e Maputo-Cidade, com 2.777.968,12. Inhambane terá o menor bolo, 1.406.264,69 meticals.

Segundo a proposta, que já foi entregue à Assembleia da República, e à qual o eVerdade teve acesso, o Estado prevê gastar 174.984.909,86 de meticals e arrecadar receitas no valor de 113.961.985,81 meticals, facto que abre espaço para a existência de um défice de cerca de 35%. No valor destinado às despesas, 106.426.926,78 são para o funcionamento da máquina do Estado (pessoal, bens e serviços, etc) e os restantes 68.557.979,08 para investimento.

No que diz respeito à alocação dos fundos, o Ministério da Agricultura, floresta e desenvolvimento rural para o desenvolvimento do país, irá receber, curiosamente, um valor quase semelhante ao da Presidência da República, do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) e do Ministério da Defesa.

A instituição que responde pela actividade considerada base de desenvolvimento irá receber 1.315.962,42 meticals para custear as despesas de funcionamento e de investimento, contra 1.238.666,93 da Presidência da República, 1.437.006,41 do SISE e 1.168.433,73 do Ministério da Defesa, facto que contraria os discursos do governo do dia, que colocam a agricultura como topo das suas prioridades.

Matar a população e não a fome

Mais estranho ainda é o facto de o Ministério do Interior ter um orçamento três vezes superior ao da Agricultura. O polêmico dirigente por Alberto Moedana, muito crítico das suas acções e por ser considerado um dos exemplos paradigmáticos da violação da lei e dos direitos humanos irá receber, no próximo ano, nada mais nada menos que 3.961.953,30 meticals.

Este valor não inclui o que irá ser alocado à Força de Intervenção Rápida, ao Comando Geral da Polícia e ao Serviço Nacional de Bombas, instituições que estão sob sua jurisdição, pois estas têm um orçamento próprio.

O Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral da República têm, juntos, um bolo inferior ao da Casa Militar, responsável pela protecção do Presidente da República, que irá atingir a 613.367,97 meticals, contra 114.323,51 e 210.380,89 dos órgãos tutelados por Bernardino Levis e Augusto Paulino, respectivamente, o que só vem provar que (ainda) não há vontade de levar a justiça ao cidadão deste país.

Outros ministérios

O Ministério da Saúde terá um orçamento de 2.266.233,18 meticals para o seu funcionamento, um valor que poderá ser aplicado também na contratação de mais pessoal e na construção de mais unidades sanitárias e aquisição de meios, pois estas constituem uma das preocupações, senão as principais, daquele sector.

Já o Ministério da Educação irá funcionar com uma verba de 6.317.243,07 meticals, uma das maiores deste orçamento, que só é superada pela do Ministério das Obras Públicas e Habitação, que é de 6.725.406,04 meticals. Entretanto, o Fundo Nacional de Estradas será a instituição que irá ter a maior parte, com 17.235.063,57 meticals.

24

ECONOMIA & NEGÓCIOS



30 de Outubro 2012

Apenas 0,9% foi alocado para assistência social

Proposta de Orçamento do Estado para 2013 "ignora" camadas vulneráveis

Paradoxalmente, o projecto da revisão do Código Penal, ora em discussão, propõe a criminalização da mendicância

O Governo submeteu, no passado dia 30 de Setembro de 2012, à Assembleia da República, a proposta de Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE) para 2013. Entretanto, a proposta do OE continua a registar discrepâncias na distribuição de fundos entre os diferentes sectores. Os sectores sócio-económicos, com impacto directo na vida das populações, continuam a ser marginalizados, cabendo-lhes fundos muito reduzidos do Orçamento do Estado, estimado em 174.985 milhões de meticals, um aumento de cerca de 36,2 por cento face ao orçamento de 2012 que foi de 163.035 milhões de meticals. Em termos de alocação de recursos, o sector de Acção Social é o mais crítico. A sua dotação não ultrapassa um percento. Paradoxalmente, o projecto da revisão do Código Penal, submetido pelo Conselho de Ministros à Assembleia da República, propõe a criminalização da mendicância.

Esta nova definição do sector da Acção Social e o valor total destes subsídios é muito maior que o valor destinado aos programas de assistência social. Na senda deste quadro desolador, o Fórum de Monitoria Orçamental insiste na necessidade de o Governo reforçar o orçamento dos programas sociais do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), aprovados pelo Conselho de Ministros no dia 6 de Setembro de 2011, na sequência das manifestações dos dias 1 e 2 do mesmo mês que tiveram como mote o elevado custo de vida. No tocante aos programas orientados para os mais pobres, em particular os do INAS, verificamos, em termos relativos, que o peso das transferências da componente interna do Orçamento do Estado para o INAS reduzirá, havendo no



Adivinhar-se-lhes é difícil para as camadas pobres

0.9% do OE vai para a assistência social, enquanto o draft do Código Penal quer criminalizar a mendicância

Uma pensão insultuosa

“Relativamente a pensão, o Governo moçambicano tem atribuído às pessoas da terceira idade **120 meticals mensais. ... uma aberração...** “Mas esse pouco que o Governo dá, pode servir para fazer alguma coisa. Na falta do melhor, o pior serve” (Chitsondzo, Deputado da AR)

@Verdade, 01 Outubro 2012

QUESTÃO 2: Que Modelo de PS para Moçambique?

Nem 8, Nem 80!

Protecção Universal para Idosos

- Numa perspectiva estruturante a melhor protecção social que se pode garantir aos jovens e adultos é oportunidade e a liberdade, social política e económica, para produzirem seus meios de sustento, poupança e segurança individual.
- A assistência social focalizada nos idosos visa proporcionar o equilíbrio intergeracional indispensável ao sistema reprodutivo e produtivo. Existem, também, pessoas incapacitadas por varias razões que também precisam de assistência.

Assistencialismo Absolutista e Insustentável

Que futuro para a Protecção Social?

A proposta de implementação de um pacote básico de Protecção Social para todos

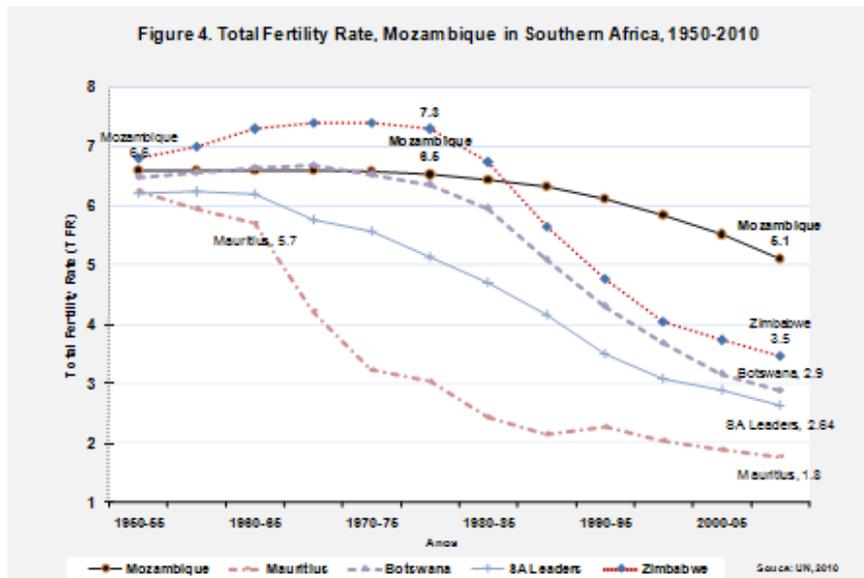
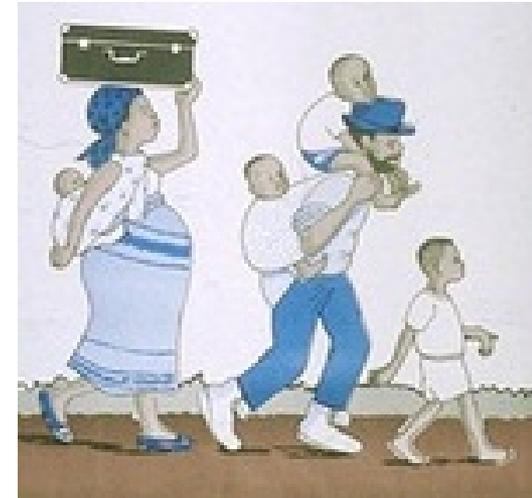
O Artigo 22º da Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece que “Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à Segurança Social”.

- ✓ A Segurança Social é um **direito humano**.
- ✓ A Segurança Social é uma **necessidade social**.
- ✓ A Segurança Social é uma **necessidade económica**.
- ✓ A Segurança Social básica para todos é **viável do ponto de vista económico e fiscal**.

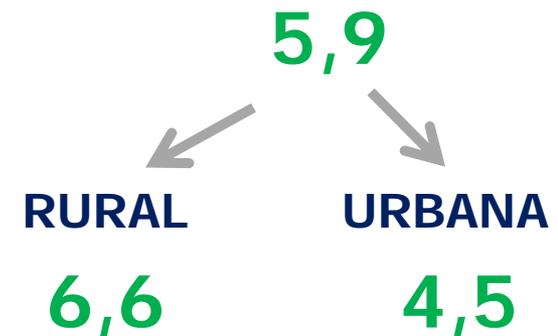
“Na Coreia do Sul, por exemplo, qualquer pessoa com idade entre 18-65 costumava ser inelegível para a assistência pública”, [New cradles to graves](#), *The Economist*, Sep 8th, 2012; Ver também, [Asia’s next revolution](#)

Muitos filhos para uma PS mínima e precária

Ter muitos filhos continua a ser a principal forma de protecção social em Moçambique. Sistema precário e muito limitado do ponto de vista dos padrões modernos? Sim, mas foi ele que nos trouxe até aqui. Aliás, este o regime demográfico que prevaleceu em 99,9% da história da humanidade. Apenas nos últimos 200 anos, um número crescente de países tem transitado para o novo regime. **E Moçambique? ...Ainda não!**

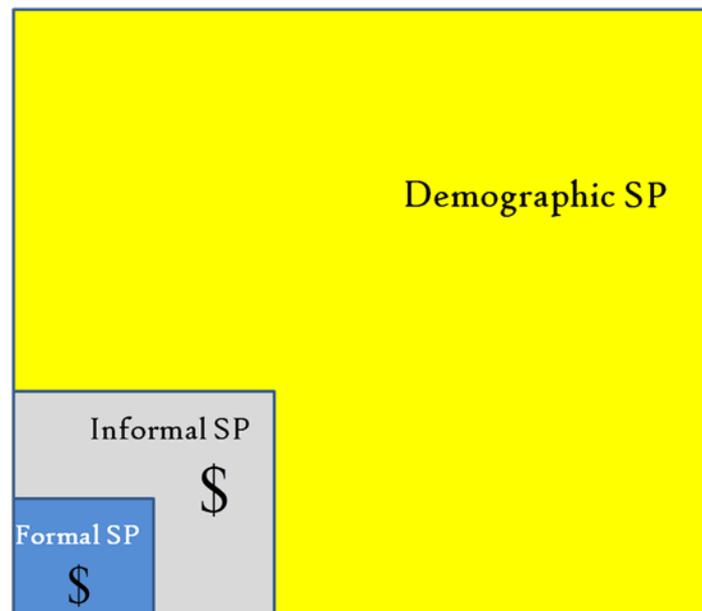
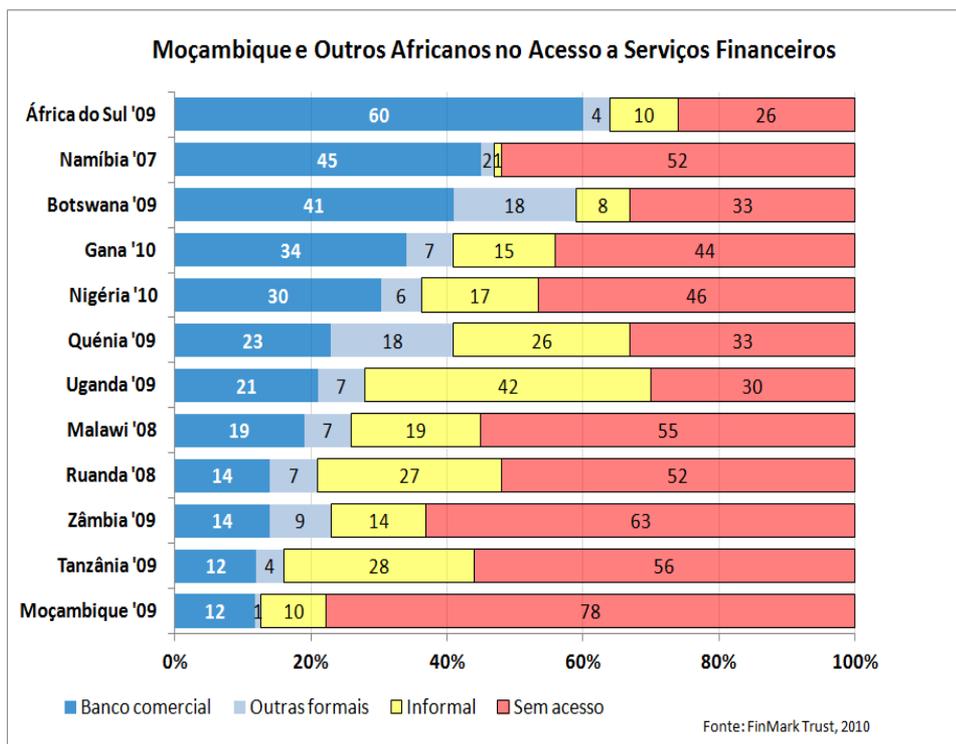


Filhos por Mulher (2012)



<http://prbblog.org/index.php/2012/04/2012011-mozambique-dhs-fertility-infant-child-mortality/>

Espaço Financeiro da Protecção Social Moçambicana versus Outros Africanos



Com **78%** excluídos do sistema financeiro, não admira que existam mais de **90%** de cidadãos excluídos da protecção social formal (contributiva e não-contributiva).

É Possível uma Pensão Universal de Idoso em Moçambique?

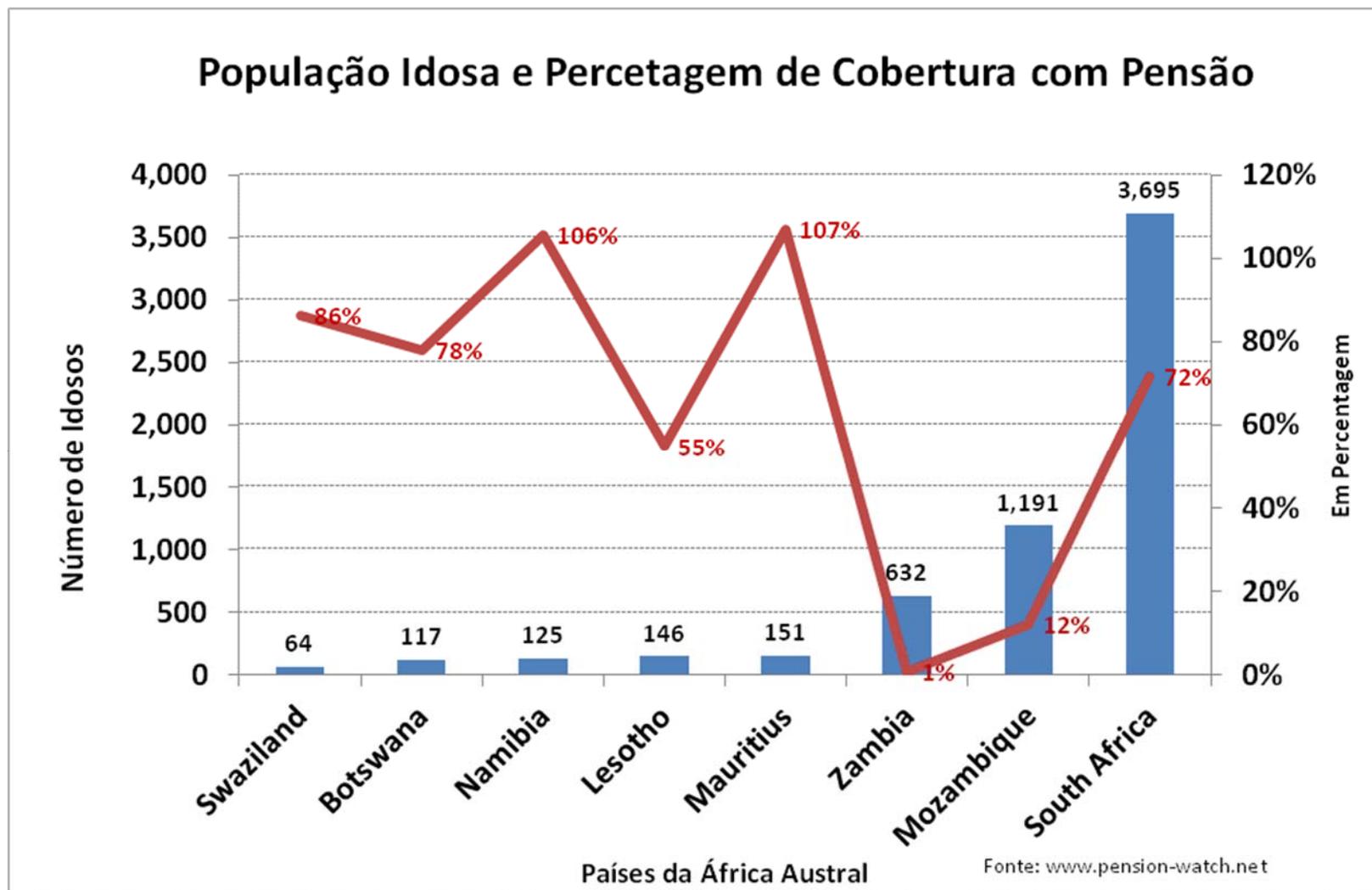
2 Respostas imediatas mais comuns

- Não. Porquê? Não há dinheiro
- Talvez – através da exploração dos recursos naturais, aumentando a receita pública fornecida pelos mega-projectos. Esta é a resposta à espera do “**milagre**” ou “**lotaria**” trazidos pelos recursos naturais (RNs).

A Resposta alternativa

- Em vez de ficar à espera do “milagre” ou “lotaria” dos RNs, defendemos a busca de uma solução alternativa, assente numa abordagem diferente relativamente às instituições e principais actores. Abordagem diferente, principalmente em relação ao papel da população idosa na dinâmica demográfica, económica, social e política da sociedade moçambicana, seguindo uma abordagem estruturante, em vez de caritativa, paternalista e humilhante.
- A chave de uma protecção social dignificante está na qualidade das instituições, em vez da lucratividade dos RNs. Enquanto, ou, se tais RNs continuarem controlados pelo Estado, em vez dos cidadãos, os legítimos donos e gestores, falar de inclusividade é ficção não científica; sobretudo se é um Estado vivendo para si próprio e para os seus agentes, enquanto a generalidade da população permanece abandonada à sua sorte.

Países Vizinhos com Pensão Universal para Idosos, Moçambique não, Porquê?



CENÁRIO 1: Discriminatório, Caritativo e Pensão Miserável (PSA/PSSB)

Custo Anual

- 0,4% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 1.765 Milhões de Meticais (**65 Milhões** de US\$)
- 1,1% do Orçamento do Estado

Custo Mensal

- **100,00 MT (3,7 \$US)**
- 8% do rendimento médio
- 7 PPP\$ (18% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 143.455 pessoas elegíveis
- 12% da população com 60+ anos
- 0,6% da população total

1 US\$ = 27 Meticais; Custos administrativos 30%

Quanto custa o actual cenário de apoio público ao idoso?

Uma pensão como a que é fornecida actualmente pelo PSA/PSSB, com um valor de 100 a 130 MTs (\$US4,2) Meticais/Mês beneficiando **143 mil idosos**. Um valor ridículo e discriminatório contra os restantes **88% excluídos** do esquema.

O PSA é caritativo e paternalista, sem uma clara ideia de progressividade, que justifica a violação da universalidade; nem um valor minimamente dignificador e competitivo. Está alicerçado em critérios de selecção dos beneficiários subjectivos, arbitrários e discriminatórios.

CENÁRIO 2: PSA/PSSB Universal, mas Pensão Caritativa e Miserável - Armadilha

Custo Anual

- 0,9% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 3 Mil Milhões de Meticais (**100 Milhões** de US\$)
- 3,2% da Despesa Pública

Custo Mensal

- **200,00 Meticais (6,7 \$US)**
- 17% do rendimento médio
- 13,8 PPP\$ (36% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 1.191.000 pessoas elegíveis
- 100% da população com 60+ anos
- 5,1% da população total

Fonte: <http://www.pension-watch.net>

1 US\$ = 29,99 Meticais; Custos administrativos 5%

Quanto custaria o Cenário 2?

Uma pensão universal, no valor da pensão actual do PSA/PSSB, cerca de 200 MTs (\$US 6,7) por Mês. Teria um mérito - respeitar o princípio de universalidade, evitando assim a discriminação da maioria de idosos elegíveis.

O custo desta opção rondaria os **100 milhões de \$US em 2012; ou seja, 0,9% do PIB e 3,2% da Despesa Pública.**

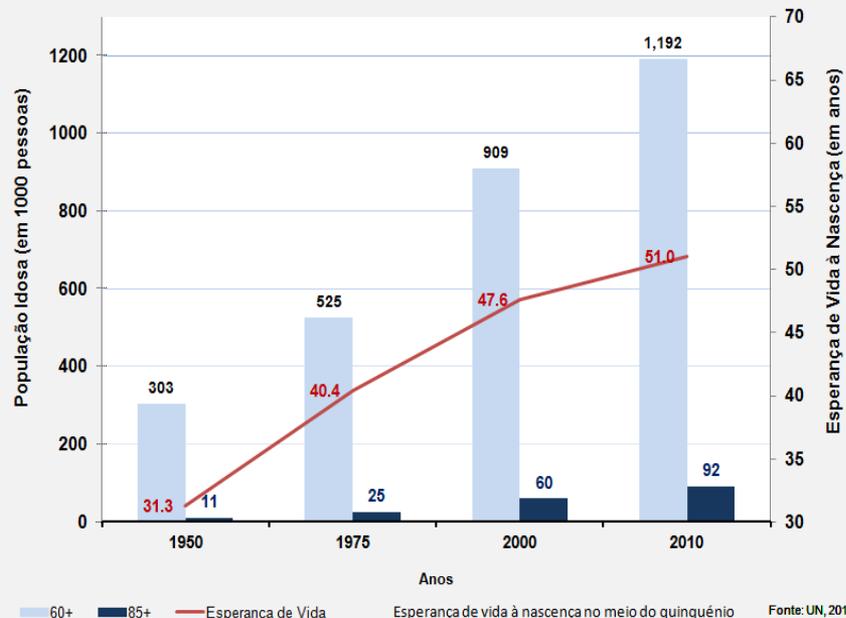
Apesar de universal, a atribuição de um valor irrisório de 200 MTs mensais, apenas serviria (e mal!) para o consumo pessoal. Tal pensão não valoriza, tanto em termos de estatuto social como na função económica transformadora.

Operacionalização da Pensão do Idoso:

racionalidade demográfica, económica e social

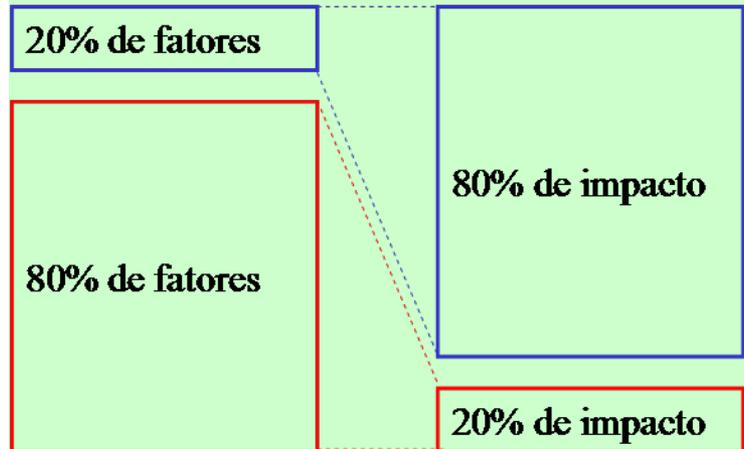
Segundo o Princípio 80/20

Figura 5. Evolução da População Idosa e Esperança de Vida à Nascimento, Moçambique, 1950-2010



Princípio 80/20

Poucos "vitais" e muitos "triviais"



CENÁRIO 3: Pensão Universal com valor mínimo efectivo, p'ra sair da Armadilha

Custo Anual

- 3,39% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 11.250 Mil Milhões de Meticais (**380 Milhões** de US\$)
- 12,11% da Despesa Pública

Custo Mensal

- **750,00 Meticais (25 \$US)**
- 63,43% do rendimento médio
- 51,87 PPP\$ (135,78% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 1.191.000 pessoas elegíveis
- 100% da população com 60+ anos
- 5,1% da população total

Fonte: <http://www.pension-watch.net>

E se o valor for de 750 Meticais mensais (\$25), **cerca de 25% do salário mínimo nacional?** São 60% da renda nacional mensal, mas cerca de 100% da renda rural. Um valor destes já tem impacto, económico, negocial e social.

O custo da opção não é incomportável para o Orçamento de Estado, comparando com o custo da opção alternativa - deixar a população à sua conta e risco.

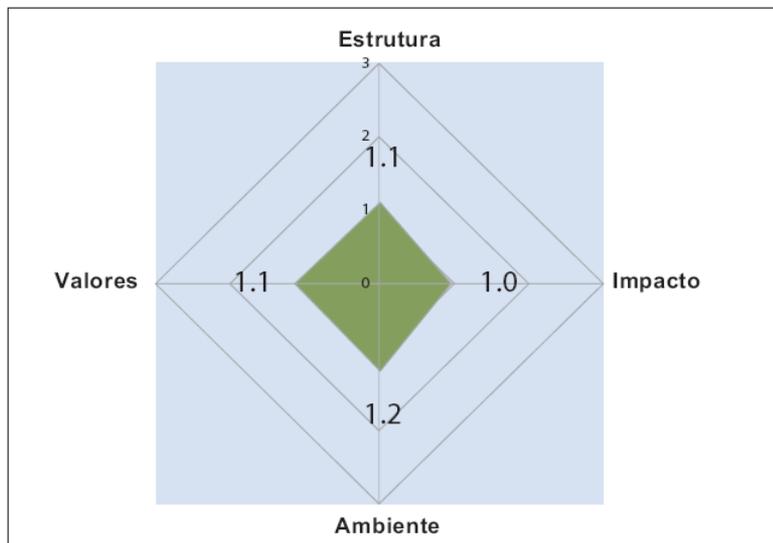
A acessibilidade depende de uma série de factores, incluindo: **custos, espaço fiscal, opções de financiamento e, mais importante, política.** Conhecer o custo da pensão é uma coisa, mas o espaço fiscal para acomodar tal custo é outra. **A parte no/do orçamento que fornece recursos para a pensão, sem pôr em causa a sustentabilidade financeira** (HelpAge, 2012).

1 US\$ = 29,99 Meticias; Custos administrativos 5%

QUESTÃO 3: Que Cooperação entre Principais Actores?

Sociedade Civil mais forte e profissional para evitar a Armadilha do PPS

Figura 1.1.1a: O Diamante da Sociedade Civil Moçambicana em 2007



As transferências financeiras recebidas do estrangeiro equivalem a 71%, as empresas privadas e famílias contribuem com 25% e o Governo /Estado apenas 3%. Mais de 50% das transferências concentram-se em Maputo Cidade.



INE, 2006

(Francisco et al. 2008)

Piso de Protecção Social para assegurar Estabilidade no B - “Lixo”?

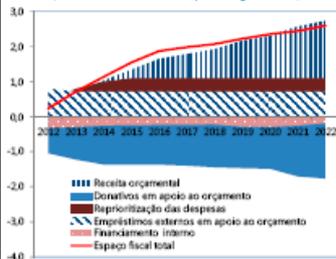
Caixa 2. Criação de Espaço Fiscal para uma Plataforma de Protecção Social em Moçambique

A protecção social ganhou uma posição de relevo no debate nacional em Moçambique. É uma componente importante do terceiro objectivo geral do PARP sobre o desenvolvimento humano e social.

Num caso de colaboração exemplar, o FMI, o Banco Mundial e a OIT/UNICEF uniram forças para aconselhar o governo na concepção e aplicação de um conjunto de programas de protecção social reformulados. Como primeiro passo, o governo remodelou e modernizou os seus sistemas de protecção social no Outono passado, por forma a incluírem transferências em dinheiro, a prestação de serviços sociais, e novos programas para obras públicas com uso intensivo de mão-de-obra.

O papel do FMI neste exercício-piloto foi de identificar o espaço fiscal disponível a ser alocado a uma série de prioridades a médio prazo, incluindo um nível de protecção social. Nesta base, o governo concordou em afectar recursos orçamentais adequados à protecção social, que está também contemplada no programa económico PSI das autoridades.

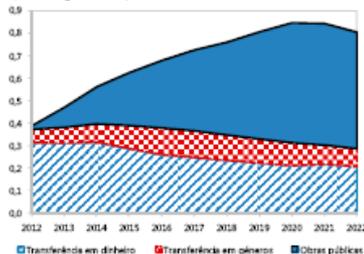
Criação de espaço fiscal (Acumulado em 2012-2022, percentagem do PIB)



- A análise do corpo técnico sugere que é possível criar um espaço fiscal adicional de 2,5% do PIB cumulativamente de 2012 a 2022, o qual poderia ser afectado a todos os programas de despesas prioritárias do governo. Os ganhos resultantes do prosseguimento das reformas na administração de receitas e a reprogramação da despesa através da eliminação gradual do subsídio aos combustíveis constituiriam as forças motoras no processo, que mais do que compensariam a tendência de redução da ajuda externa.

- A análise sugere que a actual meta do governo de alcançar 815 mil agregados familiares pobres exige uma afectação anual de recursos de 0,4-0,8% do PIB nos próximos anos, que se beneficiaria de parte do espaço fiscal recentemente criado. Isto é consistente com um quadro fiscal sustentável a médio prazo e com a estabilidade macroeconómica. Porém, para atingir este objectivo seria necessário que a criação de capacidades fosse bem sucedida, como adiante se refere.

Custos total do actual programa de protecção social do governo (Percentagem do PIB)



- A longo prazo, poder-se-ia estudar a possibilidade de utilizar uma maior parcela do espaço fiscal identificado para a protecção social, se o governo assim o entendesse. No entanto, a protecção social teria de competir com outras prioridades do governo tais como, por exemplo, o investimento em infra-estruturas.
- O espaço fiscal para despesas prioritárias em geral poderá ser superior aos previstos 2,5% do PIB se mais recursos provenientes, por exemplo, do sector dos recursos naturais e dos doadores tomarem-se disponíveis.

Para o futuro, os desafios à implementação são enormes. Com o apoio do Banco Mundial e da OIT/UNICEF, o governo pretende melhorar os seus sistemas de selecção e identificação de beneficiários, os processos de pagamento e sistemas de monitoria. Procurará também criar capacidade a nível distrital e avaliará a possibilidade de obter mais ajuda externa, eventualmente através da criação de um fundo comum, que está a ser actualmente discutida.

Os
PARPAs/PRSPs
salvam-nos do
ESTADO FALHADO
mas não nos
libertam do
ESTADO FALIDO
O FMI é o
INSS do Estado,
até quando?

Que Tipo de Protecção Social num Ambiente “B” (Especulativo ou *Lixo*)?

- A Standard & Poor’s (S&P) em 24.08.2012, manteve as notações de risco para Moçambique em “**B+/B/estável**”. Isto é, **estabilidade num ambiente “altamente especulativo”, ou no jargão financeiro internacional, “junk”/“lixo”**. A perspectiva estável da S&P reflecte o facto de que os países da chamada ajuda programática continuarem a financiar parcialmente os défices orçamental e externo, que o crescimento económico manter-se-á e que a situação política permanecerá basicamente estável.
- Se esta perspectiva se verificar, será bom do ponto de vista da segurança humana e protecção social na insegurança, mas obviamente não é satisfatória, a longo prazo. **Estabilidade num ambiente “altamente especulativo” está longe de ser satisfatória e prometedora para a protecção social dos cidadãos.**

Tabela 1: Entre a Falência e a Sustentabilidade Financeira Doadá, Moçambique, 1984-2012

Rácios	Limites máximos de Sustentabilidade	1984	1998	2009
Stock/PIB	40%	Incumprimento	153%	16%
Stock/Exportações	150%		1348%	59%
Stock/Receitas	250%		2476%	99%
Serv. da dív/Exp	20%		43%	1%
Serv. da dív/Rec	30%		24%	2%

Fonte: (Waty 2011, p.107; MF 2008; MF 2010) GMD, 2006.

Coluna: o “Monstro Sagrado”, vítimas de políticas predadoras - nacionalização da habitação em 1976

“Não roubei o dinheiro com o qual comprei o prédio que o Governo nacionalizou”

Quarta, 15 Agosto 2012 00:00 Aristides Cavele



Mário Coluna agastado:

77 anos de idade

Aos 77 anos, completados no passado dia 6 de Agosto e maior parte dos deles dedicados ao futebol, Mário Esteves Coluna carrega consigo uma grande tristeza: a nacionalização por parte do Governo moçambicano, a 24 de Julho de 1975, do seu prédio localizado no bairro da Malhangalene.

O “Monstro Sagrado” diz estar magoado com o Governo moçambicano, porquanto comprara o prédio com dinheiro que ganhou, honestamente, ao serviço do Benfica e que serviria para a sua reforma.

Mário Coluna, com as lágrimas a escorrerem o rosto, disse, outrossim, que não explorou a ninguém. Pelo contrário, o ex-capitão do Benfica e da seleção de Portugal, diz que andou a esforçar-se, correr o mundo, partir o joelho e, no fim, levarem o seu prédio.

Coluna questiona, porém, por que o executivo o convidou para ser membro do partido e deputado da Assembleia da República, além de lhe ter atribuído a Ordem Eduardo Mondlane do terceiro grau - a mais alta condecoração do Estado.

Não explorei ninguém!

[O PaísOnline](#)

Isto tem muito que ver com a PS!

**“Nossas Conquista”?
Para quem?**



Que Fundo de Pensão Universal para Idosos, considerando os escândalos do INSS?

A Imprensa nacional testemunhou e divulgou os recentes escândalos do INSS. Um fundo fora, diferente e bem longe do INSS é indispensável para se conquistar a confiança do cidadão num “Banco de Pensões” para idosos.

Tomás Vieira Mário diz que problemas do INSS não se resolvem com substituição de pessoas

Terça, 07 Agosto 2012 00:14 Redacção **“Caso INSS” - Parte II**

9/06/2012

INSS pagou 1 milhão USD por uma casa que não existe

Alegadamente para o seu PCA.



Instrumentos de gestão do INSS devem ser revistos e autores responsabilizados

Terça, 14 Agosto 2012 00:02 André Manhice



Inocêncio Matavele

“Ecos dos escândalos financeiros do caso INSS”.

SENHORA MINISTRA DO TRABALHO

Há muito que os contribuintes esperam ouvir o resultado do Inquérito ao INSS, algo que está sendo adiado apenas porque os escândalos são assustadores contudo, é preciso Senhora Ministra, ter coragem e mostrar serviço

Quadros do INSS continuam a delapidar fundos dos contribuintes

Quinta, 21 Junho 2012 00:00 Redacção

Adeino Boque Um dos administradores do INSS em representação da CTA

CTA distancia-se da má gestão do INSS.

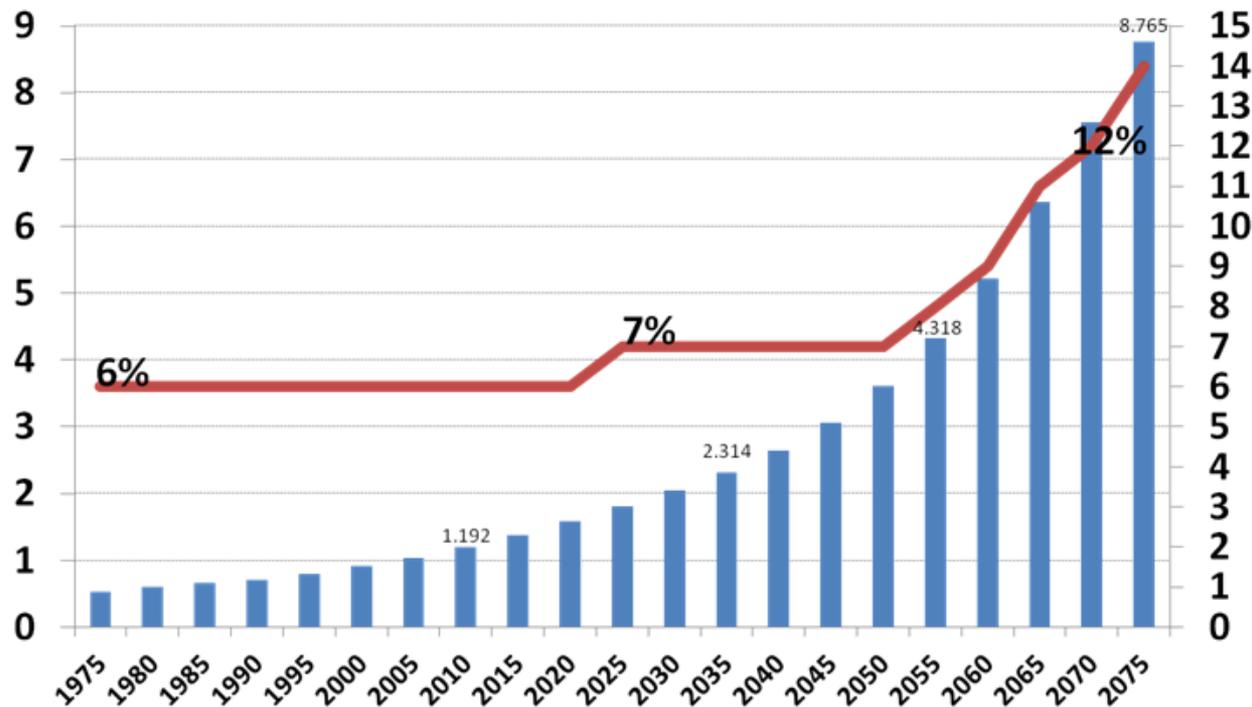


É possível envelhecer com qualidade de vida num Estado Falido mas não Falhado?

SIM e Não!

Sim, para a minoria; Não para a maioria

Taxa de Dependência da População Idosa Moçambicana 1975-2070



Proposta a ser Apresentada ao Presidente da República em 2013

Uma pensão para idosos com 60 e mais ano de idade:

UNIVERSAL

INCLUSIVA

COM VALOR

DIGNIFICADORA

TRANSFORMADORA

Uma proposta técnica orçamentada, baseada na pesquisa do IESE e aproveitando outras experiências internacionais.

Referências Seleccionadas

- Assembleia da República, 2007. *Lei nº 4/2007 de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social)*, www.atneia.com.
- Bachelet, M. et al., 2011. *Social Protection Floor for a Fair and Inclusive Globalization.*, Genebra: International Labour Office (ILO).
- Collins, J., 2007. De Bom a Excelente, Cruz Quebrada: Casa das Letras. Available at: <http://www.wook.pt/ficha/de-bom-a-excelente/a/id/189385> [Accessed November 28, 2012].
- EC, 2012. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: Social Protection in European Union Development Cooperation*, Brussels: European Commission (EC). http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/piebalgs/headlines/news/2012/08/20120824_en.htm .
- EU, 2012. *Council Conclusions on Social Protection in European Union Development Cooperation*, Luxembourg: European Union. www.consilium.europa.eu/.../cms.../132875.pdf [Accessed November 16, 2012].
- FDC & UNICEF, 2011. Budget Brief 2012: Social Welfare Sector. *Mozambique - UNICEF*.
- FES, 2012. *Social Security Systems in Developing Countries. Draft Programme, Tuesday, November 13th*, Friedrich Ebert Stiftung (FSE).
- Francisco, A., 2011. A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, 49(1), pp.5–35.
- Francisco, A. et al., 2008. *Índice da Sociedade Civil em Moçambique 2007. A Sociedade Civil Moçambicana por Dentro: Avaliação, Desafios, Oportunidades e Acção*, Maputo: Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC). www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=24&Itemid=106&lang=en.
- Francisco, A., Ali, R. & Ibraimo, Y., 2010. Financial versus Demographic Social Protection in Mozambique. *Poverty in Focus: Long-Term Social Protection for Inclusive Growth*, 22(November), pp.10–12.
- Francisco, A. & Muhorro, S., 2011. Pauperização Rural em Moçambique na 1a Década do Século XXI. *IDEIAS*, Boletim Nº 34, 8 de Abril. www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf.
- GdM, 2010. *Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014*.
- Hodges, A., Pellerano, L. & Mabota, A., 2010. *Development of Social Protection: Strategic Review for UNICEF Mozambique*, Maputo.
- Holzmann, R. ed., 2009. *Social Protection and Labor at the World Bank 2000-2008*, Washington, DC: The World Bank. Available at: www.gsdr.org/go/display&type=Document&id=3814 [Accessed September 4, 2012].
- Koch, R., 1999. *The 80/20 Principle: The Secret to Achieving More with Less* Reprint., Crown Business.
- Mausse, M. & Cunha, N., 2011. Mozambique: Setting Up a Social Protection Floor. In UNDP & ILO, eds. *SHARING Innovative Experiences: Successful Social Protection Floor Experiences*. Volume 18, The United Nations Development Programme (UNDP), Global South-South Development Academy, The International Labour Organization (ILO). New York: United Nations Development Programme (UNDP).
- Sugahara, G.T.L. & Francisco, A., 2011. Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity. *IDEIAS No. 37e*. www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37e.pdf.
- Vletter, F. de, Lauchande, C. & Infante, E., 2009. *FinScope Mozambique Survey 2009 –Survey Report*. www.finscope.co.za/new/pages/Initiatives/Countries/Mozambique.aspx?randomID=7a013a23-de69-4464-bf77-8209dcbbc951&linkPath=3_1&IID=3_1_6.